

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO DA VIDA
Intervenção feita no Seminário do Centro Milton Santos – Lorenzo Milani
Comunidade de Mambre, Busca, Piemonte, Itália

Ana Inês Souza
Curitiba-PR- Brasil
Agosto de 2006

I – Princípios que norteiam nossa reflexão

O tema de nosso encontro precisa ser precedido de uma questão de fundo, qual seja:
que tipo de sociedade e de pessoa queremos construir?

Nenhuma prática social é neutra. Ela pode contribuir com a libertação das pessoas envolvidas ou pode reproduzir os valores dominantes.

Da resposta aquela pergunta, resulta três temas essenciais à vida humana:

1°. Formas de organização política, que garantam estabelecer prioridades, ou seja: o que, para quem, como e para quem esta organização deve servir? Estamos lidando com a questão do **poder**. Mas, cada vez mais, o poder político é submetido ao poder econômico. Então precisamos discutir também as...

2°. Formas de organização econômica. Afinal, **o que é economia? Para quem e para quem ela serve?** Como deve estar organizada de forma a garantir tudo o que as pessoas precisam para viver com dignidade. E sem comprometer as novas gerações. Sem destruir as possibilidades de vida. Assim entramos no tema do meio onde vivemos...

3°. Formas de utilização da natureza, dos recursos essenciais à vida – a terra, o ar, a água, a energia. Mas este tema não pode ser tratado separadamente dos dois primeiros. Muitos ecologistas “defendem” a natureza, sem questionar o modelo de desenvolvimento, o sistema econômico, as formas de poder político existentes. Como isto é possível?

Se é verdade que **a existência determina a consciência** (e eu acredito nisso), precisamos nos perguntar:

O que as sociedades atuais oferecem para que as pessoas se construam como seres humanos plenos, integrais?

Vamos utilizar o exemplo da sociedade brasileira hoje:

- ★ ECONOMIA DESCOLADA DO SOCIAL
- PIB: 13o. LUGAR NO MUNDO
- IDH: 65o. LUGAR NO MUNDO, ENTRE 175 PAÍSES
- DESIGUALDADE: 10o. PAÍS MAIS DESIGUAL.
- ★ EXTREMA DESIGUALDADE DE RENDA E RIQUEZA
- 80 MIL FAMÍLIAS POSSUEM US\$ 1,75 TRILHÕES (DUAS VEZES O PIB BRASILEIRO EM 2003).
- 53 MILHÕES VIVEM ABAIXO DA LINHA DA POBREZA.
- 22 MILHÕES SÃO INDIGENTES¹[1].

[1] Dados retirados da exposição feita no SEMINÁRIO CEFURIA 25 ANOS, pelo PROF. MARCOS ARRUDA. PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. FCP-RJ - Fórum

Associado a toda essa desigualdade social, há um forte apelo ao consumo. Uma criação ininterrupta de necessidades que submete certos segmentos da população a trabalharem cada vez mais para poder comprar o que “pensam que precisam” para viver. Enquanto uma imensa maioria é excluída, não apenas das necessidades construídas artificialmente, mas também daquelas necessidades mínimas que lhes garantam sobrevivência sem sofrimentos extremos. E os jovens, dentro desta esquizofrenia são arrebanhados pelo crime organizado. Na ausência de trabalho digno para acessarem o que a sociedade lhes apresenta como bom, trabalham para o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

Pois bem, esta é a existência de milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Que consciência podemos esperar que seja gestada aí?

E então nós, militantes sociais no Brasil, nos perguntamos: o que o governo Lula tem feito para mudar esta situação? Como ele se elegeu e como provavelmente se reelegerá este ano? Infelizmente, a aliança política adotada pelo Partido dos Trabalhadores não permite que as mudanças estruturais sejam realizadas. Não esperávamos mudanças radicais de Lula, mas sinais mais concretos a partir dos quais a esperança do povo não se esvaecesse.

De fato, há uma blindagem legislativa que amarra o governo e o submete aos interesses das empresas transnacionais e aos organismos internacionais. As instituições que aí estão não foram organizadas para servir aos interesses das pessoas que vivem do seu trabalho, mas para garantir os interesses da classe que as explora. Imaginávamos, até os anos 80 que elas poderiam ser mudadas por dentro. Que os trabalhadores quando lá chegassem, as colocariam a serviço da maioria. E, o que vimos, foram nossos companheiros serem tragados por ela.

Isto nos fez compreender ainda mais que, não podemos esperar respostas da classe dominante ou algum tipo de concessão. Somos nós, os dominados, explorados, oprimidos que temos que buscar alternativas. Ousar pensar o novo, seja nas formas de organização econômica, seja nas formas de organização política. Temos que nos sentir responsáveis, sujeitos da história. Não podemos nos conformar que nossa ação se esgote em colocar um voto na urna a cada dois ou quatro anos. A democracia não pode ser entendida apenas como rotatividade de partidos políticos nos governos locais ou nacionais. Temos que entendê-la como garantia de acesso a tudo o que precisamos para viver com dignidade.

A libertação dos oprimidos será obra dos próprios oprimidos, dizia Paulo Freire. E isto em todos os níveis: das mulheres em relação aos homens; dos filhos em relação aos pais; dos negros e indígenas em relação aos brancos; dos alunos em relação aos professores; dos dirigidos em relação aos dirigentes; dos fiéis em relação aos padres.

E, o que é mais difícil: é preciso que expulsemos o opressor que carregamos dentro de nós mesmos. Não podemos reproduzir aquilo que condenamos. Se somos consumistas, não podemos condenar o capitalismo e suas práticas. Se somos autoritários não podemos condenar as instituições que nos querem obedientes. É preciso que na luta pela transformação das estruturas, também nos transformemos enquanto pessoas. Nosso exemplo fala mais do que nossas palavras. A busca da coerência entre o que dizemos e o que fazemos é talvez a luta mais importante a travar e também a mais difícil.

Historicamente, as esquerdas pensaram que o poder é algo que está num determinado lugar e que se pode tomá-lo, seja pela revolução armada, seja pelas eleições. As experiências históricas mostraram que isto é insuficiente. A luta pela vida transcende as dimensões política e econômica. E por isso, os instrumentos utilizados tradicionalmente também são insuficientes,

quais sejam: o sindicato e o partido. É preciso inventar instrumentos novos, se queremos transformar a realidade. Superar a idéia de vanguarda. Envolver cada vez mais gente que na caminhada vai compreendendo o funcionamento da sociedade.

Infelizmente, as esquerdas esqueceram de outras dimensões da vida:

- a subjetividade
- a espiritualidade
- a criatividade
- a amorosidade

Nós do Centro de Formação Milton Santos e Lorenzo Millani, temos que fazer diferente. Nossa organização tem que ser radicalmente democrática. Precisa incorporar os saberes diferentes que todas as pessoas envolvidas carregam consigo mesmas e, juntos, construímos caminhos novos. Somos poucos, pequenos, mas o caminho se faz ao andar. E se acreditamos que podemos em Curitiba e em Cúneo estarmos dando passos na construção de um mundo melhor, não podemos desanimar. Outros se juntarão a nós na caminhada e um dia seremos fortes.

Como dizia o compositor brasileiro Raul Seixas “gente nasceu pra querer”. Ou como diz Caetano Veloso: as pessoas têm “fome de pão e beleza”. Esta é a síntese das necessidades humanas a serem superadas. E é esta busca que devemos empreender em nossas ações.

II - ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROJETO POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA DO CEFURIA

A temática do trabalho esteve presente no CEFURIA desde a sua fundação. Mas, a cada momento histórico era tratada de forma diferente. Às vezes ligada a um projeto político mais abrangente, às vezes com uma compreensão mais restrita do seu papel.

Já em 1982, num seminário que discutiu linha pedagógica, a “nova sociedade” era definida como “trabalho socializado e dignificante, educação para fazer as pessoas serem plenas, restabelecer a autovalorização do povo, sociedade não atrelada ao Estado”.

Um documento de 1983, diz o seguinte: “outra área que julgamos deve ser priorizada é aquela da formação de mão-de-obra [...]. Com isto estaremos dando nossa parcela de contribuição ao movimento sindical, ajudando os trabalhadores cristãos a engajarem-se nesta luta tão importante”.

Mais tarde, num encontro do movimento popular, ocorrido em 1987, discute-se o seguinte: “O que é poder? Com quem está o poder de transformação da sociedade? O que vai transformar a sociedade não é só o movimento popular, mas sim o conjunto dos quatro instrumentos de transformação: o sindicato; o partido político; o movimento popular; e, acrescentando o mais recente, o ‘projeto alternativo’. O que é esse ‘projeto alternativo’? É a tentativa de criação de empresas coletivas, que tenham como maior característica a criação de valores diferentes dos que existem hoje. Capacitar pessoas a administrar e controlar a contabilidade da empresa. A grande base para a criação de uma nova sociedade tem que ser essa. A capacitação de pessoas para administrar, controlar algo público. Com isso, um dia, quando nós assumirmos o ‘poder’, teremos quadros suficientes para ocupar os cargos administrativos. Pessoas que não correrão o risco de se corromperem. Cada um desses instrumentos, tem o seu valor no processo de transformação. Cada instrumento estimula e anima o outro a continuar”.

Várias tentativas foram feitas desde então: serralheria comunitária; fábrica coletiva de artefatos de cimento; FACINLUTA; COOTRACON (Folha Popular); COOPCOM. Todas

essas experiências sucumbiram. Por quê? A autogestão pressupõe superar desafios históricos impostos aos trabalhadores. A expropriação do conhecimento, o individualismo, a competição, próprios do sistema capitalista, continuavam como pedras no meio do caminho. Fazia-se necessário um intenso trabalho de formação junto às iniciativas econômicas ou ‘projetos alternativos’, como eram chamados; o que, à época, não foi feito. A formação política era pensada de forma separada da gestão do trabalho.

Assim, durante dez anos, esta temática desapareceu das preocupações do CEFURIA, só reaparecendo no planejamento do triênio 1997-1999, como “experiências comunitárias em auto-sustento”. Agora sim, como resposta ao desemprego e à miséria crescentes que chegavam a atingir quase 14% da PEA (população economicamente ativa) da cidade de Curitiba. “Frente aos problemas descritos, o CEFURIA quer intensificar o processo [iniciativas comunitárias] e garantir respostas às necessidades concretas de viabilização de recursos para a geração de emprego e renda. As experiências comunitárias seriam reforçadas por ‘projetos alternativos’, com sistema de rotatividade (tanto financeira como de partilha de informações e resultados)”.

Os objetivos destes “projetos alternativos” eram:

1. Buscar formas alternativas de economia que se contraponham ao sistema neoliberal excludente.
2. Permitir a geração imediata de renda familiar, a partir de trabalhos coletivos.
3. Criar pequeno fundo rotativo de recursos financeiros para atender pedido de grupos organizados que queiram desenvolver-se (teórica e praticamente) na busca de alternativas políticas e econômicas.
4. Permitir que as experiências bem sucedidas em um grupo, sejam repassadas solidariamente a outros grupos que queiram reproduzi-las, como forma de pagamento pelo investimento realizado.

A partir daqui, se começa a organizar atividades formativas voltadas para a temática do cooperativismo, abastecimento alimentar, educação para o trabalho, inclusive com apoio do Projeto MAMBRE-MAIS-CEE. Além da implantação da Editora Gráfica Popular e Vídeo Produtora QuemTV que obrigou os trabalhadores militantes do CEFURIA a enfrentarem os desafios relativos à gestão econômica. Mas não sem muitas dificuldades.

Em 1997 havia já Padarias Comunitárias presentes em cinco comunidades, além de grupos de mulheres que faziam artesanato que, até então, eram acompanhados pelo MPMP (Movimento Popular de Mulheres do Paraná) cuja secretaria funcionava na sede do CEFURIA.

Todas essas experiências vão fazendo com que a Economia Solidária cada vez mais passe a integrar as atividades do CEFURIA. Mas ainda com muita fragilidade, sem clareza ou compreensão mais aprofundada do seu significado para o processo de transformação social. Sem uma integração mais estreita com o Projeto Popular para o Brasil, cuja discussão ganhava corpo, junto aos movimentos sociais a partir das Marchas Populares puxadas pelo MST em 1997, e cuja participação foi sendo ampliada por outros movimentos nas marchas de 1998 e 1999. Esta última, realizada de julho a outubro de 1999, a Marcha Popular pelo Brasil, caminhou com 1100 marchantes de diversos movimentos sociais, do Rio de Janeiro à Brasília (1600 quilômetros) e culminou com uma grande Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo. Por onde passava, a marcha debatia com as comunidades, igrejas, universidades, escolas, sindicatos; denunciando as injustiças sociais e anunciando a possibilidade de um outro projeto a ser construído de baixo para cima.

De qualquer forma, a Economia Solidária vai ocupando espaço dentro do CEFURIA e se constituindo num dos eixos de atuação, ao lado do Projeto Popular para o Brasil, Comunicação e Educação Popular, já aparecendo como tal nos planejamentos que se seguiram a partir de 1999. Neste ano, o CEFURIA realizou dois cursos longos, paralelamente. Um sobre “Trabalho, Cooperativismo e Autogestão”, em parceria com o IFIL (Instituto de

Filosofia da Libertação), com assessoria de Euclides André Mance. E o outro, o “Curso de Formação Básica Multiplicadora do Projeto Popular para o Brasil: a História que não foi contada”. Foi na etapa de julho do ano de 1999 deste curso, que tivemos o prazer do convívio com a companheira e amiga Mara Vallauri, da comunidade de MAMBRE. Em 2000 realizamos um Seminário sobre Economia Solidária, quando além de Mance, trouxemos Heloísa Primavera para falar da experiência da Argentina.

Em 2001, ocorreram outros dois cursos temáticos em Economia Solidária. Um em parceria com a AEC e outro em parceria com o IFIL e a Pastoral Operária. Neste ano, integrantes do CEFURIA e CECOPAM visitaram Clubes de Troca em São Paulo e Santa Catarina, buscando elementos para sua possível implantação em Curitiba. No mesmo ano, em outubro, realizou-se a “I Feira e Mostra Solidária do Paraná”, por ocasião do Seminário Internacional de Cooperativismo promovido pela UFPR, da qual participaram várias iniciativas de todo o estado, incluindo as cooperativas acompanhadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal do Paraná. Durante os quatro dias de feira, CEFURIA e CECOPAM animaram uma dinâmica de trocas solidárias que resultou, no dia 10 de novembro de 2001, na inauguração do primeiro Clube de Trocas com utilização da Moeda Social “Pinhão”, no Paraná (Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, Sítio Cercado, Curitiba).

Em 2002, inicia-se uma experiência inédita: o clube de troca com beneficiários de cestas básicas providas de doações nas Paróquias, envolvendo a população excluída, até então dificilmente contemplada nas práticas de economia solidária no Brasil e no mundo. Atualmente são 24 Clubes em Curitiba e Região Metropolitana.

Além dos Clubes de Troca, o CEFURIA apóia várias outras iniciativas em Economia Solidária: padarias comunitárias, oficinas de costura, associações de coletores de material reciclável, projeto rede da vida, feiras. Todas elas com populações em vulnerabilidade social. Nestes grupos de base, se dá o primeiro nível de formação, mais básica, utilizando-se de símbolos, dinâmicas, que facilitem a compreensão da realidade.

Outros espaços de formação em autogestão e exercício democrático são: o Conselho Gestor das Padarias Comunitárias e o Coletivo de Animadores dos Clubes de Troca. Nestes espaços se discute as dificuldades encontradas na prática e as propostas de superação.

A Escola de Formação Básica da Economia Popular Solidária trata da “História Social do Trabalho”, desde as comunidades primitivas até o trabalho no capitalismo, na sua forma “emprego”, passando pelas utopias que buscaram construir alternativa a ele: como o movimento cooperativo, as associações mutualistas, etc. A “escolinha” (como é chamada carinhosamente) aproxima pessoas de diferentes iniciativas em economia solidária, militantes de movimentos sociais, estudantes, assistentes sociais, etc. É um espaço de exercício de convívio com as diferenças, quebra de preconceitos, e construção de solidariedade.

Para um aprofundamento na metodologia libertadora de Paulo Freire, o CEFURIA realiza duas Oficinas de Metodologia Freireana por ano, em parceria com o Centro Milton Santos e Lorenzo Milani e o Centro de Estudos Che Guevara. São quatro dias de estudo e exercício prático em campo, onde se exercita “a escuta” das pessoas de uma determinada comunidade e busca-se a partir desta escuta, delimitar falas geradoras, a partir do que se pode planejar a intervenção.

A partir deste ano (2006) começou a funcionar a Cozinha Escola, na Casa do Trabalhador, onde ocorrem cursos de panificação, cujos monitores são pessoas das próprias padarias comunitárias, além de aulas na parte de gestão e administração, nutrição e higiene, etc.

Num nível de formação mais aprofundada, o CEFURIA ofereceu nos anos de 2005 e 2006 o Curso “As lutas do povo brasileiro e a construção da solidariedade”, além de indicar

participantes para os dois programas do Centro M.Santos – L. Millani (Realidade Brasileira e Cidade e Projeto Popular).

Um espaço mais amplo para congregar participantes das várias iniciativas de economia solidária, comunidades eclesiais de base e movimentos sociais é a Assembléia Popular municipal e estadual. Aqui se discute os vários problemas que afetam a população, avanços e desafios. É uma experiência nova e avança para uma proposta de democracia direta. Respondendo ao descrédito com a política institucional (partidária) e o papel que o Estado tem desempenhado atualmente.

Todo esse esforço parte do pressuposto de que a melhoria das condições de vida do povo brasileiro só se dará quando ele próprio se engajar na luta pela superação das dificuldades encontradas. É o processo de auto-organização, formação e mobilização que garantirá vida digna para todos. E esta luta, tem que se dar nos níveis local, micro e macro estrutural, porque os problemas resultam de ações em todos esses níveis. Não basta organizar grupos de base, e ficar dividindo a pobreza entre os pobres sem lutar pela reforma agrária, por moradia, política de crédito para produção solidária, contra a ALCA e o pagamento da dívida externa.

O esforço que temos feito é de mostrar que as iniciativas de economia solidária por si só, não resolvem o problema do desemprego. É preciso construir novos valores, exercitando na prática a solidariedade, colocando as pessoas no centro do processo produtivo, superando o individualismo, a competitividade, a busca de lucros e fazendo do trabalho um ato de criação.

A Economia Solidária é assim uma das dimensões de um Projeto Político mais amplo que seja construído desde já e, de baixo para cima, por um número cada vez maior de gente do povo. Que ao mesmo tempo em que constrói alternativa de sobrevivência para si, se constrói enquanto ser humano, que vê no OUTRO alguém que tem o mesmo direito a uma vida digna.

Neste sentido a educação popular, e a economia solidária juntas, podem ser um germe de um novo modo de produção da vida. Se conseguirmos avançar na união destas dimensões com a comunicação e a cultura popular, estaremos caminhando na direção da construção de homens e mulheres integrais, ou onilaterais. Superando assim a unilateralidade e a fragmentação próprias do sistema capitalista que dilacera as pessoas, a sociedade e a natureza.

“De tudo ficaram três coisas:

a certeza de que estamos começando,
a certeza de que é preciso continuar
e a certeza de que podemos
ser interrompidos, antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo,
fazer da queda um passo de dança,
do medo uma escada,
do sonho uma ponte,
da procura um encontro...”

(Fernando Sabino)

Referências Bibliográficas:

Gisele Carneiro e Antonio Carlos Bez. **Clubes de Troca: rompendo o silêncio, construindo outra história.** Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2005.

_____. **Que mundo estamos construindo? Economia Popular solidária.** Caderno 5, da série "História Social do Trabalho". Curitiba, CEFURIA, 2004.

Ana Inês Souza. **CEFURIA; 25 anos fazendo história popular.** Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2006.

PACS e CASA. **Construindo a socioeconomia solidária do espaço local ao global.** Série: Semeando a Socioeconomia – nº 1 – Porto Alegre, RS : 1988.

Ana Inês Souza. **CEFURIA: 25 anos fazendo história popular.** Série: Memória das lutas populares no Paraná, pós-ditadura militar. Curitiba : Editora Gráfica Popular : CEFURIA, 2006.